

Trabalho, Qualificação, Ciência e Tecnologia No Mundo Contemporâneo

Fundamentos teóricos para uma análise da política de
educação profissional*

José dos Santos Souza**

1. Introdução

Em uma cartilha dirigida a trabalhadores que freqüentavam cursos promovidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (BRASIL, 2001), em parceria com governos estaduais, centrais sindicais e federações patronais, por intermédio do PLANFOR, o Governo Fernando Henrique Cardoso buscava disseminar suas ideologias, com a finalidade de construir o consenso em torno de seu projeto neoliberal de governo e, com isto, mediar o conflito de classe no campo das políticas públicas de emprego e renda. A crise do capital era vista de forma fenomênica, a partir de suas determinações sociais, econômicas e culturais, especialmente no que se referia ao mercado de trabalho. Nesse documento, o governo buscava propagar a seguinte idéia:

A globalização está provocando uma disputa cada vez maior entre as empresas. A concorrência hoje é entre produtos nacionais e internacionais. O mercado de trabalho também está mudando. O que as empresas procuram hoje é **qualidade, produtividade e competitividade**. Hoje o trabalhador tem que estar preparado para ser um profissional competente e útil em qualquer empresa – isso é empregabilidade. O trabalhador precisa estar sempre aprendendo e se atualizando. E não pára por aí, precisa ser **empreendedor**. Ter iniciativas, idéias novas e criativas no trabalho, estar sintonizado com as mudanças no campo profissional. Quem sabe até montar seu próprio negócio! (BRASIL, 2001, p. 06-14¹ – grifos do autor)

Em que pese a simplicidade do argumento, não se pode negar que essa idéia se tornou referência para diferentes sujeitos coletivos interpretarem o significado das mudanças ocorridas no mundo inteiro a partir dos anos 70, seja ela representativa do empresariado nacional ou dos trabalhadores. Considerando-se que a realidade empírica oferece constantemente diferentes elementos que corroboram tal idéia – haja vista o acirramento da concorrência entre capitais, a inserção cada vez mais intensa de ciência e tecnologia nos processos produtivos, a demanda por

* Este artigo foi publicado originalmente na **Revista da FAEEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 13, n. 22, p. 1-15, jul./dez., 2004.

** Doutor em Sociologia pela UNICAMP, professor adjunto do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, onde coordena o Curso de Pedagogia deste Instituto. E-mail: jsantos@ufrj.br

¹ O parágrafo citado estende-se ao longo das páginas 06 a 14 da cartilha ilustrada.

qualificação da força de trabalho, diminuição do trabalho vivo nos processos produtivos, aumento do desemprego, concentração de renda etc –, não há muitas dificuldades para que ela se constitua a ideologia do capital para a interpretação do conjunto de mudanças que vivenciamos nas últimas três décadas.

Essa ideologia sugere uma leitura das mudanças recentes no mundo do trabalho e no cotidiano da sociedade capitalista, cuja implicação mais perversa é a propagação da idéia de que essas transformações são uma mera conseqüência do avanço científico e tecnológico, especialmente na microeletrônica e na informática. Essa forma de conceber o avanço científico e tecnológico tem o mérito de mitificar o processo cada vez mais intenso de inserção da ciência e da tecnologia nos processos de trabalho e de produção, atribuindo-lhe um caráter natural. Por conseqüência, afirmam-se inexoráveis as repercussões desse processo, sejam elas positivas ou negativas, como se não restasse à humanidade nada além de conformar-se diante dos desdobramentos dos fatos.

Inexoráveis também têm sido consideradas as novas exigências de qualificação do trabalhador, pois, diante de um processo “natural” de desenvolvimento científico e tecnológico, a formação de novas competências no conjunto dos trabalhadores tornou-se condição para a geração de emprego e renda. Como conseqüência, ocorre uma verdadeira despolitização dos esforços sociais para a formação/qualificação profissional. Aparentemente, a política de educação profissional nada mais é do que uma prática social de adaptação dos trabalhadores às novas demandas de qualificação do trabalho e da produção, vista por diferentes sujeitos sociais como condição básica de inserção e permanência no mercado de trabalho. Enfim, a política de educação profissional é subtraída de todo o seu contexto sócio-histórico, de modo a desvinculá-la do processo de valorização do capital.

Por essa razão, neste artigo, procuraremos fazer algumas considerações acerca da idéia de crise do capital, de modo a concebê-la para além dos limites impostos por uma leitura economicista para, posteriormente, sistematizarmos o papel da ciência e da tecnologia nesse contexto. Nossa meta principal é desmitificar a ciência e a tecnologia, atribuindo-lhes um significado objetivo, para além de suas determinações históricas, em busca de seu sentido ontológico, seguindo o método proposto por Lukács (1976). Somente a partir destas considerações é que consideramos possível compreender as mudanças recentes na política de educação profissional.

2. Crise do Capital e Recomposição das Bases de (Re)Produção Social da Vida Material

O capital é um modo totalizante e dominante de desenvolvimento da ordem produtiva articulado a uma configuração institucional das relações de poder e a práticas sociais determinadas. É um sistema de mediações que subordina todas as funções de reprodução social ao imperativo absoluto da expansão de suas bases de acumulação. Ao submeter todas as práticas sociais à sua lógica, o capital condiciona o cotidiano social em todas as suas dimensões (relações de classe, de gênero, de raça, a cultura, a arte, a religião etc.), de modo que aprofunda e legitima a incompatibilidade entre a produção para o atendimento das necessidades humanas e as demandas de auto-reprodução de si próprio, aumentando cada vez mais a competitividade, a precarização do trabalho e a degradação do meio ambiente. Nesse processo, a relação entre o homem, a tecnologia e a natureza é subsumida à lógica do sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 2000).

O desenvolvimento do capital no mundo contemporâneo tem se dado a partir de um processo permeado por mudanças em sua base técnica e ético-política, que configuram uma realidade

contraditoriamente marcada por rupturas e conservações no âmbito do trabalho, da produção e das relações de poder. Tais mudanças são determinadas, em uma dimensão, pelo avanço do patamar científico e tecnológico dos processos de trabalho e de produção e pela flexibilização das relações de produção, que se expressam nas práticas cotidianas dos sujeitos sociais; em outra dimensão, essas mudanças são determinadas pela configuração das relações de poder na sociedade, especialmente no que se refere à correlação de forças políticas no âmbito do Estado². A articulação dessas dimensões estruturais e superestruturais constitui um tipo renovado de industrialismo, uma forma específica de metabolismo social característica de um momento histórico determinado.

O desenvolvimento do capital é, por natureza, expansionista, mundializado e incontrolável.³ Nesse processo de desenvolvimento, o sistema de metabolismo social do capital assume uma estruturação cada vez mais complexa, o que acirra, crescentemente, o conflito de classe, bem como aperfeiçoa seus mecanismos de mediação. Acerca desse processo de desenvolvimento do capital, Antunes (2000, p. 27) ressalta que “sua continuidade, vigência e expansão não podem mais ocorrer sem revelar uma crescente tendência de crise estrutural que atinge a totalidade de seu mecanismo”. Tal observação se respalda na evidência de que os períodos de esgotamento das bases de acumulação do capital estão cada vez mais frequentes e suas alternativas de contra-tendência à queda tendencial das taxas de lucro têm gerado crises cada vez mais intensas. É isso o que deflagra uma depressão contínua, uma crise cumulativa endêmica, permanente e crônica, com a perspectiva de uma profunda crise estrutural.

Seria esse o quadro explicativo do conjunto de mudanças vivenciadas na atualidade. Seu significado mais profundo é a evidência e a confirmação da tese marxista da queda tendencial das taxas de lucro como uma marca inerente ao processo de desenvolvimento do capital. Em decorrência dessa tendência, a luta visceral do capital para recompor suas bases de acumulação deflagra outras duas tendências que poderiam ser apontadas como dimensões de sua crise estrutural: a depreciação do valor de uso das mercadorias e a incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital (ANTUNES, 2000).

A crise, paradoxalmente, é um elemento fundamental para o capital, na medida em que gera profundos processos de reorganização produtiva, de redefinição das relações de produção, assim como de reestruturação institucional do conflito de classe. Contraditoriamente, a crise é, ao mesmo tempo, elemento de destruição e de construção do próprio sistema. Os períodos de crise são uma demanda condicional ao desenvolvimento do capital, pois é nesses momentos que se produzem as rupturas necessárias para a conservação de suas bases de acumulação no processo histórico.

² Estado, aqui, concebido no sentido gramsciano, ou seja: “como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados; equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto, excluindo o interesse econômico-corporativo estreito” e, ainda, considerando que “na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção)” (GRAMSCI, 1989b, p. 50 e 149, respectivamente).

³ No *Manifesto*, Marx evidencia para a classe trabalhadora que o constante processo revolucionário das forças produtivas e das relações de produção fundam uma condição tal que as forças produtivas nunca são suficientes para o desenvolvimento da ordem social burguesa, constituindo-se sempre em um obstáculo para seu desenvolvimento, de modo que poderíamos afirmar que o desenvolvimento do capital é uma constante superação/condicionamento das forças produtivas, o que precipita uma condição de ordenamento/desordenamento de toda a sociedade burguesa, ameaçando permanentemente a existência da propriedade privada. Como Marx aponta, as relações burguesas resultam demasiado estreitas para conter as riquezas criadas em seu seio. (MARX & ENGELS, 1972).

Nos anos 30, por exemplo, momento em que se desenvolvia no Leste Europeu a experiência socialista, o capitalismo vivia sua mais importante crise. E foi justamente essa crise orgânica que tornou necessário um conjunto de medidas de contratendência que tratou de conduzir/reconduzir as classes trabalhadoras ao leito econômico-corporativo. Em busca da recomposição de suas bases de acumulação, o capital construiu uma experiência combinada de keynesianismo e *Welfare State*, compatibilizando de forma inédita na história a dinâmica da acumulação capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais, mesmo que em limites estreitos e apenas suficientes para a manutenção da ordem social capitalista. Desse modo, gestaram-se formas combinadas de liberalismo e de social-democracia e, com elas, as condições objetivas e subjetivas para ratificar a ideologia do capital como único horizonte possível. Da mesma forma, essas mudanças também trouxeram consigo a redefinição dos mecanismos de mediação do conflito de classe como forma de manutenção da hegemonia. Tal empreitada foi conseguida com tal êxito que fez as classes trabalhadoras aceitarem por tempo considerável esse patamar, esse horizonte histórico como se lhe fosse próprio (DIAS, 1996).

Seguindo a mesma tendência de queda da taxa de lucros, a história do desenvolvimento do capital ainda nos oferece outro exemplo de crise, quando, após as décadas de ouro do *Welfare State*, a questão das formas e das condições de vida e de participação política das classes subalternas é recolocada como problema condicionante da valorização do capital. Agora, como medida de contratendência, o capital articula e põe em cena uma dupla solução: o neoliberalismo, como modo de regulação social, e o toyotismo⁴, como regime de acumulação. Como nos alerta Dias (1996, p. 37), “estas duas estratégias constituem uma unidade indissolúvel”. No bojo dessa ação visceral, o capital tem lançado estratégias para superar os principais obstáculos à continuidade de sua ordem social de produção material, especialmente por meio do questionamento e do ataque ao chamado bem-estar social. Assim, o capital tem criado novos mecanismos de mediação do conflito de classe, dando uma nova configuração a suas estratégias de manutenção da hegemonia. Embora essa crise mais recente recoloca a questão dos direitos sociais, hoje, distintamente do que ocorria nos anos de 1930 e 1940, “os movimentos partidário, sindical e popular que se reivindicam dos trabalhadores estão, também eles, em uma brutal crise” (DIAS, 1996, p. 37).

O que atualmente está colocado para o capital é a necessidade de frear as demandas populares consideradas pelo conjunto do empresariado e seus teóricos como condicionantes da governabilidade econômica e política. Como nos aponta Dias:

... de elemento vital à sobrevivência do capital, a política compensatória do bem-estar é, agora, apresentada como responsável pela crise. Face à inflação, à diminuição da sua capacidade de acumular, enfim, às limitações impostas pelo trabalho na sua luta cotidiana contra o capital, a estratégia capitalista passa a ser a do “desengessamento” das condições da acumulação. Os neoliberais sustentam a tese de que o preço do trabalho está sobrevalorizado, esterilizando o capital; o poder sindical inibe a liberdade do mercado. É preciso, pois, restaurar o mercado como fonte última e única de qualquer sociabilidade possível. Mesmo realizando essa tarefa de neutralização das classes subalternas, o Estado de Bem-Estar era, e é, visto pelos teóricos mais reacionários do capitalismo (Hayek especialmente, mas não só) como a “submissão ao comunismo”. Os teóricos do neoliberalismo sempre colocaram essa questão com clareza. (1996, p. 37).

Diante desses ensinamentos da história, é possível afirmar que o sentido da atual recomposição do capital é, na realidade, uma re-introdução da sua velha alternativa em tempos de crise: modificar a gestão e intensificar a aplicação diretamente produtiva da ciência e

⁴ Mais adiante, procuraremos tratar, de forma mais detalhada, como elementos do padrão de gestão da produção inaugurado pelo toyotismo tornam-se universais e se constituem paradigmas para a administração capitalista na atualidade.

tecnologia. Ou simplesmente, como afirma Dias (1996, p. 37), “se não é mais possível acumular como antes, é necessário mudar a política na produção: a gestão, o comando”. Assim, para aumentar a produtividade do trabalho no seu estágio atual de desenvolvimento, o capital tem procurado eliminar os tempos mortos, por meio da inserção cada vez mais intensa de ciência e tecnologia nos processos produtivos, e resgatar a velha disciplina por meio de novos mecanismos de gestão do trabalho. Obviamente, a formação de um trabalhador coletivo de novo tipo torna-se imprescindível. O avanço científico e tecnológico, principal instrumento de obtenção da disciplina e da incorporação ativa do trabalho vivo ao trabalho morto, constitui, ele mesmo, a materialidade do novo tipo de subordinação do trabalho ao capital, conseguido por meio de ações educativas desenvolvidas no ambiente de trabalho e no cotidiano da vida em sociedade. A esse respeito, Dias (1996, p. 42) observa que, desse modo, o capital pretende “conquistar corações e mentes, conseguir que o trabalhador vista a camisa da empresa, [o que] significa fazê-lo desejar o capital, fazer como na ‘dialética do senhor e do escravo’, que ele veja o capitalista como a sua naturalidade”.

Para isso, formulações e ações concretas voltadas para a recriação da institucionalidade da ordem capitalista tornam-se essenciais. Busca-se, então, eliminar a idéia de totalidade, estigmatizando-a; afirma-se o fragmento, o cotidiano, o mínimo; propaga-se o pós-modernismo, a “nova história” como discursos científicos, desideologizados, por excelência. Assim, “o neoliberalismo encontra seu discurso, sua forma teórica solidária” (DIAS, 1996, p. 48)⁵. O objetivo central dessa ofensiva do capital no mundo do trabalho e da produção, bem como dessa reconfiguração de seus mecanismos de manutenção da hegemonia, é a desregulamentação das relações de produção, a flexibilização do contrato de trabalho, a privatização das políticas sociais e a exaltação da lei do mercado como instrumento regulador da sociedade. E isso se expressa no âmbito do Estado da seguinte forma:

Mais do que um Estado como articulação particular das classes em luta, com seu aparelho institucional próprio e capacidade real de soberania, ele se transforma, mais e mais, em simples esferas de influência de um capital que se internacionalizou. Este capital não (re)conhece mais as fronteiras nacionais. Pelo contrário, consegue, graças à articulação dos seus intelectuais (no fundamental, no interior do sistema financeiro internacional), seus práticos e dirigentes, criar em todos os países um mesmo terreno de absoluta liberdade institucional. Este capital internacionalizado constrói e destrói políticas econômicas, sociais, de emprego, enfim, exerce sua cidadania sem limitações. Por isso é necessário que a reforma política do Estado se faça em todos os países (abstração jurídico-política) e em todas as partes. A destruição dos limites é sua condição máxima de existência. (DIAS, 1996, p. 50).

Ainda a título de apreensões oferecidas pelo processo histórico do desenvolvimento do capital, é possível observar que os períodos de crise e, em decorrência, os períodos cada vez mais tênues de estabilidade do capital são fenômenos que se expressam no cotidiano social em forma de um conjunto complexo de mudanças permanentes no seu processo de desenvolvimento, que abrange, desde as forças produtivas e as relações de produção, até as relações de poder, passando pelo imaginário social, a cultura, a arte, a religião etc. A amplitude multidimensional desse processo de recomposição do capital constitui, em determinados momentos históricos, uma unidade contraditória e discordante entre o econômico e o político, entre a natureza e o espírito, unidade dos contrários e dos distintos. A isto, Gramsci chamou de

⁵ O Termo “Solidário” parece ser a palavra-chave para acionar os sentimentos de cooperação mútua de todos os segmentos sociais para a solução dos problemas gerados pela crise do capital, embora com a mínima ajuda do Estado. Traz consigo uma ideologia que se opõe à do Estado provedor e sugere uma outra, de Estado parceiro dos segmentos sociais que, sob a aura da solidariedade, funciona como dinamizador das iniciativas individuais para a solução dos problemas sociais. Assim, o termo “solidário” funciona como um chamado para que cada um faça a sua parte, um convite à cultura do individualismo, uma porta para um novo tipo de corporativismo.

bloco histórico, ou seja, estágio em que a relação entre governantes e governados, mediatizada pelos intelectuais, se estabelece graças a uma ação orgânica, possibilitada pela hegemonia, propiciando a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, consolidando-se assim o sentimento de unidade entre intelectuais e massa, entre filosofia e senso comum, de onde emana a vida do conjunto (GRAMSCI, 1999; 2000; PORTELLI, 1997).

Como não poderia deixar de ser, a resposta atual do capital à sua crise estrutural mantém-se na superfície do problema, agindo na sua dimensão fenomênica, sem atingir os pilares essenciais do seu modo de produção. Sua preocupação central é reestruturar o regime de acumulação taylorista-fordista em busca de condições de flexibilidade do trabalho e da produção, bem como romper com o modo de regulação social próprio do Estado de Bem-Estar Social e redefinir o papel do Estado, especialmente no que concerne a questões sociais, enxugando a aparelhagem estatal, com vistas no controle do déficit público, uma marca registrada do esgotamento desse modelo de regulação social (ANDERSON, 1995). Assim, o capital procura implantar um novo industrialismo,⁶ isto é, uma forma renovada de metabolismo social, numa luta visceral de recomposição de suas bases de acumulação, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de gestão do trabalho e da produção, combinando sua vocação antidemocrática com inusitadas estratégias de socialização da política, dando corpo a um novo tipo de metabolismo social capaz de dar sustentabilidade a uma nova configuração do bloco histórico.

Em suma, poderíamos afirmar que o conjunto de transformações vivenciadas desde os anos 70 significa a materialização da crise de um modelo de desenvolvimento do capital fundado no regime de acumulação rígida, que possuía no taylorismo/fordismo seu modelo de organização produtiva e, no Estado de Bem-Estar Social, seu modelo de regulação social. O esgotamento desse modelo de desenvolvimento fundado no pós II Guerra Mundial, somado ao acúmulo de inovações tecnológicas no campo da microeletrônica e da informática e ao avanço das conquistas políticas da própria classe trabalhadora, constituíram as condições objetivas que condicionam a empreitada do capital no nível mundial para recompor suas bases de acumulação e implantar novas modalidades de produção e de mediação do conflito capital/trabalho. A expressão política dessa recomposição do capital se consubstancia em uma verdadeira redefinição do papel do Estado e no fomento de uma “nova” cultura cidadã fundada no individualismo e na competitividade, regulada pela lógica mercadológica, compondo a formação de um novo bloco histórico, um novo industrialismo, um novo tipo de metabolismo do capital.

⁶ Utilizamos-nos do termo “industrialismo” para fazer referência à unidade contraditória e discordante constituída, de um lado, pelas ações e formulações decorrentes da inserção de ciência e tecnologia nos processos de produção, da implantação de novos modelos de gestão da força de trabalho, de surgimento de novos requisitos de formação e qualificação profissional, de flexibilização do trabalho e das relações de produção; de outro, pela reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classe, pela complexificação das relações de poder, pela renovação da idéia das leis de mercado enquanto reguladoras da vida em sociedade, pelo culto ao individualismo, pela ofensiva ao modelo de Estado de Bem-Estar Social, minimização do papel do Estado na gestão das políticas sociais, redefinição da relação entre Estado e sociedade civil. Compreendemos “Industrialismo” enquanto um equilíbrio entre as esferas estrutural e superestrutural da sociedade que conforma um tipo determinado de metabolismo social que garante a reprodução da vida social. O industrialismo é um estágio da vida em sociedade determinado pelo seu patamar de desenvolvimento científico e tecnológico e pelo seu nível de complexificação das relações de poder na sociedade civil. No contexto do conflito de classe, o industrialismo pressupõe, em sua dimensão estrutural, as condições objetivas e subjetivas para a sustentabilidade da acumulação de capital e, em sua dimensão superestrutural, a efetividade dos mecanismos de mediação do conflito capital/trabalho, de modo a sustentar a hegemonia da concepção de mundo burguesa, obtida por meio do consentimento passivo das camadas subalternas, enquanto modo de vida socialmente aceito. Ao equilíbrio destas duas dimensões é o que denominamos de metabolismo social.

É oportuno ressaltar que, embora essa recomposição do capital mundial venha provocando mudanças significativas nas áreas social, política, econômica e cultural, seus princípios fundamentais, pelo menos em sua essência, não se alteraram: a apropriação privada da produção social, a extração de mais-valia, a alienação do trabalho etc. Tantas mudanças, como se pode notar, ocorrem apenas na dinâmica da acumulação de capital, mas a essência da ordem social capitalista permanece inalterada ou, talvez, radicalizada.

No bojo desse processo de mudanças profundas vivenciadas desde o início dos anos 70, é possível verificar um maior estreitamento entre a ciência e os processos produtivos, entre a educação e o trabalho, de tal sorte que, inevitavelmente, os limites da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre a concepção e a execução de atividades produtivas, têm sofrido mudanças significativas. Tais mudanças se articulam com a elaboração de uma nova cultura organizacional suficientemente respaldada nas ações políticas de flexibilização das relações de trabalho e na redefinição dos mecanismos de mediação do conflito de classe.

As ações do empresariado para garantir maior flexibilização dos direitos trabalhistas e condições renovadas de mediação do conflito de classe se dão, de forma privilegiada, no âmbito do Estado⁷. Por meio do dismantelamento das instituições do Estado de Bem-Estar Social, respaldado no discurso do Estado Mínimo, a atual redefinição do papel do Estado articula-se ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção e à flexibilização do trabalho e da produção. No bojo desse fenômeno, surgem novas demandas de qualificação para o trabalho e para a vida social. Um novo valor é atribuído à formação do trabalhador, seja no nível da educação básica ou da educação profissional. Nesse sentido, a reformulação do modelo de desenvolvimento do capital sob a hegemonia neoliberal tem se materializado no campo educacional na forma de políticas públicas para a adaptação dos sistemas educacionais às necessidades imediatas do mercado de trabalho, muitas vezes utilizando-se de estratégias de conformação da escola e de seus profissionais à ordem de profundas mudanças sociais e econômicas em curso no mundo inteiro.

Enquanto no mundo do trabalho essas mudanças têm se materializado em ações concretas de flexibilização do processo de trabalho e das relações de produção, no âmbito das relações de poder, elas têm constituído a proposição de uma nova relação entre o aparelho de Estado e a sociedade civil, fundada numa renovada concepção de participação, no qual a população planeja e toma suas próprias decisões com pequena participação financeira do Estado, sendo obrigada a captar financiamentos privados para a garantia de seu bem-estar. Trata-se de um tipo de associativismo, uma parceria entre Estado e sociedade civil, uma forma sofisticada de mutirão que constitui uma estratégia sutil que os grupos dominantes encontraram para convidar a população trabalhadora a aderir a seus planos de desenvolvimento sem aumentar sua participação na riqueza produzida. É, na realidade, a forma contemporânea de manutenção da hegemonia do capital sobre o trabalho, conseguida por meio da subsunção real do trabalho ao capital e da conformação ético-política das camadas subalternas nos limites da lógica neoliberal, mesmo que nesta nova conjuntura seja possível perceber um relativo alargamento dos mecanismos de controle social sobre as decisões estatais.

A realidade brasileira contemporânea tem evidenciado que a política educacional do País tornou-se um campo privilegiado das ações concretas voltadas para a conformação ética e moral das massas nos limites do projeto neoliberal. A burguesia nacional tem direcionado suas atividades teóricas e práticas para o campo da formulação e gestão de políticas públicas para a educação. Seu intuito é justificar uma racionalidade mais adequada à atual crise de acumulação

⁷ Entretanto, o conjunto de mudanças na gestão do trabalho e da produção tem trazido para o âmbito da empresa capitalista inúmeros mecanismos para tornar o trabalhador um parceiro ativo no processo de flexibilização de direitos trabalhistas e de renovação dos mecanismos de mediação do conflito de classe.

do capital: a validade moral da competição, do esforço individual, da rentabilidade dos serviços, como critérios de qualidade para os serviços educacionais. Esse fenômeno tem seguido a tendência mundial, conforme pode ser verificado na bibliografia sobre o tema. Diversos autores, inclusive, têm apontado a importância significativa da educação na agenda do capital no contexto atual (ANDRADE, 1996; 2000; FRIGOTTO, 1995a; RODRIGUES, 1998, dentre outros). Tal importância decorre da tendência mundial em atribuir à formação profissional o status de parte das políticas públicas de geração de emprego e renda, cujo objetivo é estabilizar os níveis de emprego e/ou criar formas de geração de renda por intermédio de ações específicas, pontuais e direcionadas para o mercado de trabalho. Como observa Cêa (2000, p. 94), “tal tendência sugere uma forma tangencial e limitada de se encarar uma problemática com raízes efetivamente estruturais (relações materiais de produção)”.

Antes de tratarmos das mudanças ocorridas no processo de trabalho e de produção e suas implicações na qualificação social e profissional da classe trabalhadora, faremos algumas considerações sobre o papel da ciência e tecnologia no processo de desenvolvimento do capital. Acreditamos que tais considerações são essenciais para nossa análise da nova cultura do trabalho e da conformação psicofísica do trabalhador na atualidade.

3. Papel da Ciência e da Tecnologia no Processo de Desenvolvimento do Capital

As transformações recentes ocorridas no campo das forças produtivas e das relações de produção têm sido explicadas, freqüentemente, como mera consequência do avanço científico e tecnológico, especialmente na microeletrônica e na informática. Essa vertente de interpretação acaba por naturalizar as implicações dessa incidência cada vez maior de inserção da ciência e da tecnologia nos processos de trabalho e de produção, ao mesmo tempo em que fetichiza o avanço científico e tecnológico, atribuindo-lhe o status de elemento determinante da superação da sociedade de classes.

Essa linha de pensamento, de caráter economicista, confunde força produtiva com tecnologia, quando as concebe como equivalentes, desconsiderando que a principal força produtiva é o próprio homem, o qual se constitui como tal justamente quando ele põe em ação outras forças produtivas no contexto das relações sociais. A tecnologia, na realidade, “é a condensação das contradições classistas buscando dar-lhe sentido e direção, ou seja, solução” (DIAS, 1996, p. 13). Mas a ordem de reflexão economicista concebe a tecnologia como um elemento neutro, imune às contradições do processo de acumulação.

Em nossa análise, entretanto, partilhamos de uma compreensão do papel da ciência e da tecnologia no processo de desenvolvimento do capital a partir das leis do valor, conforme apontadas n’*O Capital* de Marx (1994). Nosso propósito é, em princípio, evitar uma leitura tal que atribua às mudanças no campo das forças produtivas uma natureza própria que subordina tudo e todos a uma realidade pré-determinada, recusando a possibilidade do homem se constituir como sujeito da história. Essa leitura das mudanças atuais que pretendemos evitar é a forma mais perversa do positivismo, conforme nos indica Dias:

O economicismo procede por reduções. O conceito de formação social desaparece diante do conceito de modo de produção, que é tomado como uma abstração que tende a coincidir com o real. O modo de produção é reduzido à esfera do “econômico”. Logo, reduz-se o conjunto das forças produtivas às relações de produção, vistas como base e motor da história. Um outro erro dessa visão é a redução das forças produtivas à tecnologia. Concluído esse círculo vicioso o marxismo está devidamente reduzido a um conjunto de dogmas. De redução em redução cai-se na famosa contradição trabalho-capital, tomada, universal e abstratamente. Trata-se não de uma racionalidade classista, mas de uma abstração vazia, com o que caímos na mais brutal metafísica: “as forças produtivas são a expressão da liberdade

dos homens em relação às forças da natureza”. Todas as demais contradições parecem desaparecer em uma espécie de Triângulo das Bermudas. Este é um dos erros fundamentais do esquematismo economicista. (1996, p. 13).

Procuraremos aqui, então, resgatar o sentido do processo recente de avanço científico e tecnológico na sociedade de classes em busca de compreender seu significado. Pretendemos evitar, desse modo, o risco de explicarmos as transformações atuais no mundo do trabalho como uma revolução científica e tecnológica, em vez de uma revolução no (e não do) industrialismo como alternativa do capital para conservar suas bases de acumulação no século XXI.⁸

Isto implica também em conceber a tecnologia muito mais como uma materialização das relações de produção do que como força produtiva. Isso porque ela condensa a contradição fundamental da relação capital/trabalho: a extração de mais-valia – justamente o que lhe dá sentido. A sua identificação como força produtiva – conforme lhe é freqüentemente atribuída, até mesmo por alguns marxistas – contribui incontestavelmente para sua fetichização, obscurecendo ainda mais seu papel determinante na extração de mais-valia relativa (KATZ, 1996b).

Assim, o que permeia as transformações ocorridas no mundo do trabalho e da produção, desde o final do século passado, é o conflito de classe (DIAS, 1996; KATZ, 1996a/b; e COGGIOLA, 1996). E essas transformações são, ao mesmo tempo, determinantes e determinadas pela correlação de forças políticas na sociedade. Por isso, elas não ocorrem senão mediante a alteração do metabolismo social, evento que significa, como já dito antes, um novo tipo de conformação das camadas subalternas sob renovados mecanismos de mediação do conflito de classe – um novo industrialismo.

Esse novo industrialismo – o qual muitos autores vêm denominando de regime de acumulação flexível – não é algo verdadeiramente novo, já que a flexibilização é uma característica histórico-ontológica das condições de produção capitalista, bem como também o é a inserção cada vez maior de ciência e tecnologia nos processos de trabalho e de produção. Alves (2000, p. 23), inclusive, nos recorda os ensinamentos de Marx ao afirmar que “um dos traços ontológicos do capital é a sua notável capacidade em ‘desmanchar tudo que é sólido’, revolucionar, de modo constante, as condições de produção e reprodução; pôr – e repor – novos patamares de mobilidade do processo de valorização nos seus vários aspectos”. Mas em que consiste, afinal, o novo patamar histórico da flexibilidade no novo industrialismo? A nova manifestação da categoria “flexibilidade” é uma realidade histórica e política de novo tipo, justamente pelo seu caráter descontínuo no interior de uma continuidade plena, ou seja:

O que torna a nova manifestação da categoria de flexibilidade algo essencialmente novo, em termos qualitativos, é sua vinculação estrutural ao estágio, também recente, do desenvolvimento capitalista: a mundialização do capital. O predomínio da financeirização sob o capitalismo mundial tende a incrementar a velocidade, intensidade e amplitude do ser-precisamente-assim do capital, propiciando um salto qualitativo em seu potencial ofensivo sobre o trabalho assalariado, fomentando a sua “robustez ontológica”. O capitalismo mundial sob a dominância financeira, a mundialização do capital, tende a promover a perpétua sublevação das condições de produção (e reprodução) das mercadorias. Por conseguinte, incrementa-se o poder das corporações transnacionais, verdadeiros “agentes” do capital em geral. São elas que tendem a impulsionar o novo modo de acumulação do capital – a “acumulação flexível”. (ALVES, 2000, p. 26).

É justamente o atual patamar de desenvolvimento das forças produtivas e as conquistas da classe trabalhadora o que tem demandado a flexibilização da força de trabalho e de suas formas de gestão. Para garantir suas condições de acumulação, o capital passa a implementar

⁸ Um debate interessante sobre a distinção entre a visão marxista e a visão economicista desse processo pode ser consultada em: Katz, 1996a e 1996b; Coggiola, 1996; Dias, 1996.

medidas de gestão do trabalho e da produção, no sentido de proporcionar maior maleabilidade aos processos produtivos, aumentar a capacidade de adaptação da força de trabalho conforme a necessidade, criar nela a disposição para ceder a mudanças de circunstâncias. Desse modo, o capital passa a dispor de múltiplos usos da capacidade de trabalho, desenvolve a multifuncionalidade ou a polivalência do trabalhador. Esses atributos, que antes não faziam parte das preocupações tayloristas-fordistas, hoje, passam a ser pré-requisitos indispensáveis. Além de proporcionar ao capital maior mobilidade da força de trabalho, tornando-a apta para ser deslocada para postos, máquinas, funções e setores diversos, esses requisitos também favorecem a ampla utilização das potencialidades do trabalhador, intensificando seu trabalho.

Além da flexibilização da força de trabalho em si, o capital também implementa ações no sentido de flexibilizar as formas de organização do trabalho e gestão da produção. Com a preocupação de tornar o processo de produção versátil e integrado, capaz de dar respostas rápidas às demandas do mercado, o capital adota formas flexíveis de organização do trabalho como um elemento propulsor da cadeia produtiva, inspirando-se no modelo japonês de produção. Com tais reformulações, além de aumentar a produtividade das empresas, aumenta também a extração da mais-valia relativa e absoluta.

Essa flexibilização acarreta uma maior capacidade de adaptação do capital às demandas do mercado, graças à introdução da microeletrônica e da informática no processo de trabalho e de produção. Tais transformações na organização do trabalho carregam em seu bojo uma nova cultura organizacional para dar suporte ideológico à redefinição da forma de organização e gestão da força de trabalho – a administração capitalista. Novos conceitos relacionados ao processo produtivo, organização do trabalho e qualificação do trabalhador surgem como elementos-chave para garantir os saltos de produtividade e competitividade perseguidos pelo capital.

Esse processo de flexibilização do trabalho e da produção é, na realidade, uma universalização do modelo japonês de produção por parte do capital como forma de implementar mecanismos renovados de controle sobre o processo de trabalho e de conformação psicofísica do trabalhador. A flexibilização toyotista incorpora, de forma bem mais intensa, a subjetividade operária ao processo de valorização do capital do que a rigidez do modelo fordista. Esse processo, permeado de implicações sociais e políticas, remonta à experiência de Ohno, engenheiro da Toyota, empresa japonesa que, nos anos de 50, introduziu conceitos interpretados ora como rompimento, ora como renovação e re-significação do taylorismo-fordismo (FIDALGO, 2000).

Mas o toyotismo é muito mais que uma mera propagação de um modelo de gestão do trabalho e da produção. A universalização desse modelo de produção constitui, na atualidade, o surgimento de uma nova lógica de produção de mercadorias, de novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal é constituir uma nova hegemonia do capital na produção capaz de produzir condições renovadas de subsunção real do trabalho ao capital. O toyotismo, enquanto uma nova lógica de produção, “é um estágio superior de racionalização do trabalho, que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo-fordismo” (ALVES, 2000, p. 31). Nesse sentido, seria o que se pode denominar de “neofordismo”.

Um dos elementos distintivos do toyotismo em relação ao fordismo é o salto qualitativo que ele proporciona na captura da subjetividade operária pela lógica do capital (ALVES, 2000, p. 31). Os princípios (e técnicas) organizacionais do toyotismo são capazes de garantir, em maior ou menor proporção, a constituição de uma nova subjetividade operária, capaz de promover uma nova via de racionalização do trabalho. Nesse aspecto, a experiência do toyotismo atende perfeitamente às necessidades da acumulação do capital no contexto do novo industrialismo, ao mesmo tempo em que se ajusta à sua nova base técnica da produção, sendo capaz de

desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária (ALVES, 2000, p. 32).

A originalidade do toyotismo consiste, exatamente, na sua capacidade de articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo-fordismo, com as novas necessidades de acumulação capitalista, superando, no sentido dialético (superar conservando), alguns aspectos predominantes da gestão da produção inspirada no modelo de produção massificada e nas formas rígidas de trabalho. Ao mesmo tempo em que significa uma “ruptura” com a lógica taylorista-fordista, o toyotismo corresponde a uma continuidade no aperfeiçoamento da forma de acumulação do capital.

Tal como o taylorismo e fordismo, o objetivo supremo do toyotismo – ou da “produção enxuta” – continua sendo incrementar a acumulação do capital, por meio do incremento da produtividade do trabalho, o que o vincula à lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX. Ele pertence, tal como taylorismo e o fordismo, ao processo geral de racionalização do trabalho (e, portanto, de sua intensificação) instaurado pela grande indústria. Por outro lado, cabe a ele – o toyotismo – articular, na nova etapa da mundialização do capital, uma operação de novo tipo de captura da subjetividade operária, uma nova forma organizacional capaz de aprofundar – e dar uma nova qualidade – a subsunção real do trabalho ao capital inscrita na nova forma material do capitalismo da Terceira Revolução Científica e Tecnológica. (ALVES, 2000, p. 36).

É no contexto de desenvolvimento da nova base técnica da produção microeletrônica e de mundialização do capital que a cultura organizacional do toyotismo encontrará o solo fértil adequado às necessidades técnicas do novo industrialismo, pois o avanço das iniciativas organizacionais de envolvimento do trabalhador, a captura da subjetividade operária, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo (a auto-racionalização operária) constituem os ingredientes indispensáveis para a atual recomposição das bases de acumulação do capital. Talvez por isso Alves aponte a vigência da “manipulação” do consentimento operário como uma característica central do toyotismo, materializada em um conjunto de inovações organizacionais e institucionais no mundo da produção, que permitem “superar” os limites postos pelo taylorismo-fordismo. É nesse sentido que o toyotismo, para Alves:

É um novo tipo de ofensiva do capital na produção que reconstitui as práticas tayloristas e fordistas na perspectiva do que poderíamos denominar uma *captura da subjetividade operária pela produção do capital*. É uma via de racionalização do trabalho que instaura uma solução diferente – que, a rigor, não deixa de ser a mesma, mais que na dimensão subjetiva é outra – da experimentada por Taylor e Ford, para desenvolver, nas novas condições do capitalismo mundial, um dos problemas estruturais da produção de mercadorias: o consentimento operário (ou de como romper a resistência operária à sanha de valorização do capital, no plano da produção). (2000, p. 38-39 – grifos do autor).

Embora o taylorismo-fordismo tivesse instaurado uma sociedade “racionalizada”, sua universalização não foi capaz de incorporar a subjetividade operária à racionalidade capitalista na produção, conforme o toyotismo, que por meio dos mecanismos de conquista do comprometimento operário, tem sido capaz de fazer nos momentos atuais. Enquanto o taylorismo-fordismo manteve o nexo da hegemonia do capital no âmbito externo à produção, por meio da intervenção estatal na mediação do conflito capital/trabalho, o toyotismo traz para o “chão-de-fábrica” o nexo da hegemonia do capital, recompondo, a partir daí, a articulação entre consentimento operário e controle do trabalho⁹. Isso só é possível devido à sua capacidade de

⁹ Para Alves (2000, p. 40), “o toyotismo restringe o nexo da hegemonia do capital à produção”. Talvez este autor tenha exagerado ao dizer que os mecanismos de manutenção da hegemonia do capital ficam restritos ao “chão-de-fábrica”. Entretanto, somos obrigados a reconhecer que, hoje, conforme já mencionamos anteriormente, o cotidiano da empresa capitalista se tornou um espaço significativo de articulação entre consentimento operário e controle do

capturar a subjetividade operária, inaugurando um novo patamar da subsunção do trabalho ao capital, e devido à reconfiguração das condições superestruturais do cotidiano social, caracterizada pelas alterações significativas dos mecanismos de mediação do conflito de classe, permeada pela ideologia do Estado mínimo e pautada em estratégias de persuasão em detrimento das de coerção.

Nesse sentido, compreendemos que, ao passo que a base científica e tecnológica do trabalho e da vida urbano-industrial avança, as classes em disputa pela direção da sociedade têm sido obrigadas a valorizar, cada vez mais, a adesão voluntária das massas aos seus projetos políticos em detrimento da submissão imposta pela coerção. Assim, na conjuntura atual, a burguesia tem sido obrigada a redefinir sua ação política no âmbito do Estado, passando a utilizar-se de estratégias inusitadas em busca da incorporação das massas ao seu projeto de sociedade para o terceiro milênio.¹⁰

Portanto, as políticas públicas de educação profissional são uma resposta simultânea às necessidades de valorização do capital e de mediação política dos interesses antagônicos que perpassam a sociedade urbano-industrial. Assim, a educação profissional tem respondido, de modo específico, às necessidades de valorização do capital, ao mesmo tempo em que tem se constituído em um espaço de significativo potencial contra-hegemônico para a classe trabalhadora, na medida em que, através da ampliação das oportunidades de acesso ao conhecimento, abre novas possibilidades de organização e luta por educação para a classe trabalhadora. Todavia, a especificidade do desenvolvimento dos sistemas educacionais nos últimos anos de crise do capital pode ser explicada pelas “repercussões econômicas e político-sociais das aplicações diretamente produtivas da ciência no processo de trabalho sob o sistema de máquinas” (Neves, 1999: p. 17).

4. Conclusão

As discussões aqui propostas nos remetem a uma constatação bastante desconcertante. Trata-se de estarmos vivenciando um fenômeno social concreto em que, aparentemente, ocorre uma confluência de interesses entre capital e trabalho no que tange à formação/qualificação da força de trabalho para a garantia de emprego e renda. Atualmente, no Brasil, trabalhadores, empresários e governo têm atribuído à educação o papel de formação e qualificação da força de trabalho diante da exigência de novas competências técnico-operacionais e sociais demandadas pelo atual patamar de desenvolvimento científico e tecnológico e sua aplicação cada vez mais intensa nos processos de trabalho e de produção e na vida urbano-industrial. Tal iniciativa tem em vista a garantia de maior produtividade e qualidade da indústria nacional como diferencial de competitividade no mercado dito globalizado.

Apesar dos limites consideráveis, não se pode negar que as demandas atuais para o desenvolvimento do capital, no que tange à formação/qualificação da força de trabalho, têm aberto novas possibilidades de acesso ao conhecimento científico tecnológico para a classe trabalhadora. Tais possibilidades se materializam nas ações e formulações do Estado e do empresariado nacional no campo da formação/qualificação social e profissional da classe trabalhadora. Diante da necessidade de formação de novas competências sociais e profissionais, o empresariado nacional, em parceria com o Estado, busca a adesão dos trabalhadores na promoção e universalização da educação básica e das oportunidades de educação profissional.

trabalho, na medida em que traz para o interior da administração capitalistas mecanismos renovados de mediação do conflito de classe tipicamente utilizados na relação entre Estado e sociedade civil.

¹⁰ Sobre este processo o qual denominamos de ampliação do controle social sobre as decisões estatais, sugerimos consultar Coutinho (1994 e 2000).

Paradoxalmente, é inerente a essa política a diminuição (e não sua extinção) da dicotomia entre teoria e prática, trabalho e educação, ciência e vida, embora ainda nos marcos estreitos impostos pela valorização do capital. Da mesma forma, para promover a universalização da educação básica e ampliação das oportunidades de formação/qualificação profissional com a participação ativa da classe trabalhadora, torna-se necessário o alargamento dos mecanismos de controle social sobre as decisões estatais.

Não obstante, alguns avanços têm sido contabilizados no que tange ao tratamento dado pelo movimento sindical à relação entre educação básica e educação profissional. Mas as demandas impostas pelo desemprego e a ação do Estado e do empresariado na implementação de novos mecanismos de manutenção da hegemonia têm imposto limites consideráveis ao movimento sindical nesse campo. Muitas vezes, compelido pelo imediatismo da luta pela manutenção e geração dos postos de trabalho, o sindicalismo brasileiro tem sido obrigado a fazer concessões no campo da política de educação profissional. Devem ser somados a tudo isto dois elementos importantes, de cujas repercussões se ressentem as ações e formulações do movimento sindical brasileiro na atualidade: a crise do paradigma socialista e do movimento sindical em todo o mundo.

Estes fatos trazem à tona algumas considerações. A primeira delas é que, diante do desenvolvimento social e político do país, combinado com as transformações tecnológicas no mundo do trabalho e da produção, a formação para o trabalho passa a constituir-se não apenas em um campo estratégico para o aumento da produtividade e competitividade da indústria nacional, mas também um campo privilegiado de disputa pela hegemonia. A segunda é que a disputa política travada no campo da formação/qualificação profissional, na atualidade, possui o mérito de abrir novas possibilidades para a classe trabalhadora organizada construir um projeto alternativo ao do capital para a formação da classe trabalhadora. E, por fim, justamente no momento em que o capital se vê obrigado a ampliar suas contradições no campo da formação/qualificação profissional, o sindicalismo brasileiro – e de toda a América Latina – passa por uma verdadeira recomposição diante da ofensiva neoliberal.

Em contrapartida, o empresariado nacional vem apresentando maior desenvoltura na incorporação das massas ao seu projeto de sociedade, obtida através de sua ação em busca do consenso, tanto no âmbito dos aparelhos privados de hegemonia quanto no âmbito da aparelhagem estatal. Além disso, esse setor tem-se mostrado mais atento às necessidades impostas pela crise do capital a um país ameaçado pela baixa produtividade e qualidade do trabalho, antecipando-se, na maioria das vezes, na proposição de alternativas para a inserção do País no mercado globalizado, embora em condição subalterna. Na maioria das vezes, esse segmento social tem encontrado pouca resistência para a efetivação de suas proposições no campo educacional. Isso tem contribuído para que o Bloco no Poder tenha uma agenda clara e bem definida para o encaminhamento da política educacional no país, condição básica para a realização de seus interesses.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2000.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANDRADE, Flávio A. A Formação do “Cidadão-Trabalhador”: educação e cidadania no contexto do “Novo Industrialismo”. In: NEVES, Lúcia M. W. (Org.). *Educação e política no limiar do século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. p. 59-78.

_____. *Jogando no campo do adversário: o projeto empresarial de formação do “Novo Trabalhador”*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Niterói, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2000.

BRASIL. Ministério de Trabalho e Emprego - MTE. Secretaria de Políticas de Emprego. *Um passaporte para o trabalho: guia do cidadão produtivo*. Brasília: MTE/SPPE, 2001.

CÊA, Georgea. S. S. Educação profissional sob a ótica da mediação e da ruptura: reflexões sobre o Planfor. *Trabalho & crítica: GT trabalho e educação da ANPEd*, n. 2, p. 93-104, set./2000.

COGGIOLA, Oswaldo. Informática, automação, capitalismo e socialismo. In: KATZ, C.; COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do Capital?* 2. ed. São Paulo, SP: Xamã, 1996. p. 51-70.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo, SP: Cortez, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo, SP: Cortez, 1994.

DIAS, Edmundo F. Capital e trabalho: a nova dominação. In: _____ et al. *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília, DF: Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996. p. 7-54.

FIDALGO, Fernando et al. *Dicionário da educação profissional*. Belo Horizonte: Fidalgo & Machado, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo, SP: Cortez, 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere – Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999. v. I.

_____. *Cadernos do Cárcere – notas sobre o Estado e a política*. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques & Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000. v. III.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1989.

KATZ, Cláudio. Evolução e revolução na tecnologia. In: KATZ, C.; COGGIOLA, Oswaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital?* 2. ed. São Paulo, SP: Xamã, 1996a. p. 19-50.

_____. O enfoque marxista da mudança tecnológica. In: KATZ, Cláudio & COGGIOLA, Oswaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital?* 2. ed. São Paulo, SP: Xamã, 1996b. p. 9-17.

LUKACS, Georg. *Per una ontologia dell'essere sociale*. Roma: E. Riuniti, [1976?].

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Manifesto del Partito Comunista / Critica del programa de Gotha*. México (D.F.): Roca, 1972.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant’Ana. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1994. v. I.

NEVES, Lúcia M. W. *Educação e política no Brasil de hoje*. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1999.

PORTELLI, Huges. *Gramsci e o bloco histórico*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1977.

RODRIGUES, José S. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998.